Discurso Jaime Gama

A.G. ONU

23 Setembro 1985

TL 2955

CIDAC
Centro de Documentação

Senhor Presidente,

No ano em que as Nações Unidas comemoram 40 anos de existência, quero salientar a profunda satisfação e confiança do Governo Português em ver os trabalhos da AG dirigidos por um tão experiente diplomata, cuja carreira prestigiosa o meu país pôde testemunhar em anos de estreita, amigável e frutuosa colaboração.

Acresce ainda que a eleição de V.Exa. representa também a expressão do respeito e da consideração da Comunidade Internacional pelo seu país. Os laços geográficos, históricos e culturais que ligam Espanha e Portugal ganharam agora nova expressão com a comum adesão às Comunidades Europeias, possibilitando renovadas relações de cooperação e entendimento entre os dois países.

No exercício das suas altas funções, Senhor Presidente, poderá continuar a contar com a dedicada e mais ampla disponibilidade da Delegação portuguesa.

Gostaria também aqui de expressar a nossa consideração pela acção desenvolvida pelo seu predecessor, Embaixador Paul Lusaka, representante de um país com quem mantemos calorosas e amigáveis relações e cujos esforços em prol da paz e segurança internacionais, nomeadamente na área delicada de tensões que é a África Austral, muito apreciamos.

Seja-me ainda permitido testemunhar o reconhecimento do meu país ao Secretário Geral, Embaixador Perez de Cuellar, que por mais uma vez deu provas de maior dedicação à alta missão de que está incumbido, em circunstâncias que lhe garantem a confiança e estima de todos.

Senhor Presidente,

É-me especialmente grato chefiar pela 3ª vez a Delegação portuguesa a uma sessão da AG/ONU, no momento em que a ONU para além de celebrar o 40º aniversário da sua fundação, recorda a passagem do 25º aniversário da adopção pela 15ª Assembleia Geral de uma série de resoluções

/...

e declarações, entre as quais a Res. 1514, que de maneira decisiva contribuiram para o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e às quais o meu país se sente particularmente ligado e responsabilizado na última década.

Seja-me ainda permitido, Senhor Presidente, assinalar o facto de Portugal comemorar este ano a passagem do 30º aniversário da sua admissão como membro das Nações Unidas. Não será este o "forum", nem o momento adequados para proceder a uma análise e a um balanço da actuação de Portugal, nesse período de tempo, na actividade desta Organização. Só a partir de 1974, com o estabelecimento da democracia em Portugal, abandonámos uma atitude retrógrada de refúgio em conceitos e princípios em clara contradição com os consignados na Carta da Organização. Foi a partir de então ao romper o nosso isolamente diplomático que afirmámos claramente uma constante preocupação de actuar de acordo com os princípios fundamentais consignados na Carta que constituem a base moral e jurídica desta Organização e, com especial incidência no que se refere ao reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, à prioridade concedida ao respeito pelos Direitos do Homem e, por último, ao reconhecimento e encorajamento da aplicação dos princípios de não recurso à força ou ameaça de uso da força na solução dos

/...

conflitos internacionais.

E estamos convictos que tal maneira de estar e de sentir que, de resto, constitui reflexo de princípios consagrados na própria Lei Constitucional portuguesa, não deixará certamente de beneficiar, de se alargar e reforçar com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia a partir de 1 de Janeiro do ano próximo.

Senhor Presidente,

A integração europeia constitui um verdadeiro projecto nacional que de forma firme, constante e progressiva tem vindo a adquirir o consenso explícito da esmagadora maioria das forças políticas portuguesas. Na base de tal consenso esteve sempre a premissa de que Portugal, aberto ao contacto com outras civilizações é um país geográfica, histórica e culturalmente de matriz marcadamente europeia.

Ao integrar-se nas Comunidades Europeias, Portugal insere-se numa região do mundo que, em muitos casos, foi pioneira e continua a ser baluarte de importantíssimo sector dos princípios fundamentais de Direito Internacional consagrados na Carta da Organização. E, ao contribuir para a construção

/...

dessas mesmas Comunidades, enquanto organismo regional de natureza essencialmente dinâmica, em busca continuada de novas formas de desenvolvimento e de adequação a uma realidade internacional em constante mutação, a disponibilidade de diálogo de Portugal com outras regiões do mundo, nomeadamente com os países do Continente Africano e da América Latina, não poderá sair senão potenciada, alargada e reforçada. Nesta perspectiva, o meu país, não deixará certamente de constituir, a breve trecho, dentro do quadro comunitário, referência de crescente importância para o relacionamento com aqueles espaços. Bastará, a este propósito, recordar as vantagens que poderão advir de uma adequada utilização dos dispositivos da Convenção de Lomé III no domínio da cooperação com os países africanos.

A adesão de Portugal, país especialmente vocacionado para o diálogo Norte/Sul, permitirá certamente, senão a abertura de novos caminhos, pelo menos o reforço da sensibilidade dos restantes membros da Comunidade no sentido de a cooperação com a África e com a América Latina ser alargada e dinamizada contribuindo desta forma para criar, particularmente em zonas de maior sensibilidade e tensão internacionais, um novo e necessário equilíbrio e, por conseguinte, condições reforçadas

/...

para a Paz e o Desenvolvimento.

Da mesma forma que é sensível no diálogo Norte/Sul, Portugal não poderá igualmente deixar de sublinhar junto dos seus parceiros Europeus o significado e a importância das linhas de pensamento que inspiram o Movimento dos Não-Alinhados, como ainda há poucos dias tive a oportunidade de observar em Luanda, por ocasião da reunião Ministerial que ali teve lugar e a que estive presente na qualidade de "Convidado".

Senhor Presidente,

Os conflitos e tensões que agitam nos nossos dias a cena internacional e, particularmente, a confirmada falta de progressos na harmonização das relações entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul tem-se repercutido de forma muito negativa na situação económico-social dos países em desenvolvimento. Com efeito, e apesar da tímida recuperação que se verificou nalgumas economias industrializadas, o legado da recessão global dos princípios dos anos 80 continua a afectar grande número de países do Terceiro Mundo. Verificamos com grande preocupação, que apesar de todos os esforços, a luta contra a pobreza no Mundo é uma batalha que está longe de ser ganha.

O mais grave reflexo desta situação veio a revelar-se em África onde a grande maioria dos países, sobretudo ao Sul do Sahara, encara problemas económicos agudos, exacerbados por uma seca continuada e uma desertificação que se agrava de ano para ano. A situação em África provocou uma tomada de consciência da Comunidade Internacional que se veio a concretizar em iniciativas provenientes de todos os quadrantes para aliviar os aspectos mais dramáticos da crise. Gostaria nesta ocasião de exprimir o apreço do meu Governo pelos esforços desenvolvidos pelo Secretário Geral no sistema das Nações Unidas com vista a mobilizar os Estados Membros a enquadrar a ajuda disponível, bem como os esforços dos Governos africanos conducentes a processos de desenvolvimento sólidos, decididos e duráveis.

Os últimos anos têm demonstrado que a interdependência global em que vivemos exige a solidariedade entre as Nações. Sem excepção, todos os Membros da Comunidade Internacional têm de participar nessa solidariedade, assumindo as respectivas responsabilidades na prossecução de um crescimento económico, vigoroso e sustido, e na melhoria da cooperação económica internacional em que uma cooperação multilateral realista, produtiva e virada para a acção, tem um papel fundamental a desempenhar.

Portugal, enquanto país Europeu em estado intermédio de desenvolvimento, tem, sem descanso, procurado assumir as suas responsabilidades próprias neste domínio.

Por outro lado, tem-se integrado no processo desencadeado tendente à procura de soluções para os problemas que afectam a economia mundial, através da participação em diversos "fora", com vista à diminuição das desigualdades que separam o Terceiro Mundo das economias desenvolvidas, através da construção de um necessário consenso sobre moeda e finanças, comércio, dívida e fluxos de recursos financeiros.

Senhor Presidente,

A necessidade de empenhar os melhores esforços na procura de soluções justas e duradouras para os problemas a que referi e que tanto preocupam a Comunidade Internacional é tragicamente sublinhada pelas repercussões que quase todos eles têm na situação dos direitos humanos.

O Mundo está cada vez mais consciente de como as violações dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais provocam, em diversas áreas do globo, situações de instabilidade

social e política que nalguns casos têm até resultado em conflitos armados.

Os recentes desenvolvimentos da situação na África do Sul constituem claro reflexo da violação dos Direitos do Homem levada às suas consequências mais extremas. Mas também em outras regiões do mundo se verificam situações igualmente perigosas, nas quais a violação dos Direitos Humanos é provocada não já por pressões do tipo interno, como o "apartheid", mas por intervenções vindas de fora. Ainda nesta perspectiva se enquadra com nitidez o caso do Afeganistão, de tão graves implicações políticas no quadro internacional, cujas populações continuam a sofrer a presença de tropas dotadas de meios poderosos e cruéis de repressão e destruição.

É nossa convicção de que só a utilização de critérios uniformes para a análise e avaliação dos diversos tipos de violação dos direitos humanos poderá eficazmente conduzir à detenção e à denúncia de situações mais ou menos camufladas de violação dos referidos direitos. E é igualmente nosso parecer que só procedendo desse modo se poderá vir a superar o falso conceito de que a soberania dos Estados pode ser legitimamente invocada para impedir a protecção internacional dos direitos do homem.

/...

Estamos firmemente convencidos de que, em última análise, a paz e a segurança internacionais só poderão ser plenamente salvaguardadas se se basearem na justiça social, no respeito pelos direitos dos indivíduos e na permissa de que a evolução das sociedades e a respectiva adaptação às exigências do desenvolvimento e do progresso será feita através da livre manifestação da vontade daqueles que por elas são directamente afectados. Neste contexto, o pleno respeito pelo direito à autodeterminação dos indivíduos e dos povos constitui seguramente um dos dados essenciais da vida internacional. Igual importância deve ser acordada ao respeito pela integridade do ser humano, pelo seu direito a gozar de liberdades civis e políticas e a beneficiar de condições económicas, sociais e culturais que, sem qualquer discriminação, permitam a sua plena realização.

O desrespeito destes princípios de direito internacional, - que estão na base das Nações Unidas - leva a que pessoas cuja dignidade e integridade são violadas sejam confrontadas em condições sub-humanas e mesmo com o exílio no seu próprio país ou que, frequentemente, não tendo escolha senão renunciar a viver na sua pátria, se vejam obrigadas a procurar refúgio em terras estranhas.

/....

Senhor Presidente,

Há também que dedicar especial atenção às numerosas regiões do mundo onde o ser humano é prisioneiro da miséria.

Em circunstâncias dominadas pela fome, analfabetismo e ausência de um mínimo de condições económicas, sociais e culturais dificilmente se poderá verificar um adequado exercício de funções civis e políticas. O ser humano tem direito ao desenvolvimento e, embora o desenvolvimento deva envolver toda a Comunidade Internacional é essencial ter presente que constitui do o homem a razão de ser/de qualquer processo de desenvolvimento é aos Estados que incumbe em primeira instância assegurar a plena participação das respectivas populações nesse processo, sem qualquer discriminação para os sectores mais vulneráveis da sociedade.

Portugal recusa-se a aceitar que a inexistência de uma nova ordem económica internacional possa servir de pretexto para derrogação continuada e sistemática dos direitos civis e políticos.

Participação, Desenvolvimento e também Paz foram justamente os temas que presidiram à Conferência Mundial de Revisão e Avaliação dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher em Nairobi. Ao articular o importante documento

/...

de "estratégias para o futuro" a Conferência deu uma contribuição valiosa para o objectivo de alcançar uma integração efectiva e igualitária das mulheres em todos os sectores de actividade, tanto nos respectivos países como a nível internacional. Nos esforços que leva a cabo para promover a plena igualdade das mulheres, nomeadamente na vida nacional, Portugal dará toda a atenção às medidas recomendadas.

Plena participação e igualdade é também o tema do Ano Internacional da Juventude que comemoramos este ano e que dá mais uma oportunidade às Nações Unidas e aos Estados Membros de reafirmar a importância do valor e dignidade do ser humano, independentemente da sua raça, sexo ou origem étnica, ~~ou nacional~~.

País de emigração, Portugal tenciona continuar a colaborar activamente nos trabalhos do Grupo desta Assembleia Geral encarregado de elaborar um Projecto de Convenção relativo aos Direitos Humanos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, de cujo progresso nos congratulamos.

Antes de finalizar este ponto e tendo em conta que os direitos dos povos são parte integrante dos direitos do homem, permita-me Senhor Presidente, que mencione a questão de Timor-Leste.

/...

Pela resolução 37/30, de 1982, esta Assembleia confiou ao Secretário Geral um mandato para tentar encontrar uma solução global do problema de Timor. Demos desde o início todo o apoio às diligências do Secretário Geral. O resultado dos esforços realizados pode ver-se no seu último relatório intercalar (documento A/40/622), que acaba de ser publicado, no qual se relatam de forma detalhada as conversas de fundo (Substantive Talks) que se realizaram a partir de Novembro de 1984 e ao longo do corrente ano, em Nova Iorque, entre o Secretário Geral e seu representante, bem como os da Indonésia e de Portugal.

Discutiu-se nelas questões humanitárias, religiosas e culturais e deu-se um passo na resolução de assuntos de interesse individual como a repatriação de antigos funcionários públicos. Mereceram especial atenção a liberdade religiosa das populações, a preservação da herança cultural do Povo Timorense e as condições económicas e sociais. Insistimos pelo nosso lado, e continuaremos a insistir, no respeito dos direitos humanos no território, pois estamos ainda longe de uma clarificação que venha ao encontro de todas as nossas preocupações.

Celebram-se este ano os 40 anos de existência das Nações Unidas e comemorou-se o 25º aniversário da Declaração

sobre a Descolonização. O território de Timor-Leste figura na lista dos territórios não-autónomos. Para nós é fundamental o respeito do princípio da autodeterminação dos povos e essa é a questão central do problema de Timor. Ainda se não concretizou o exercício do direito de autodeterminação, por parte do povo de Timor Leste. E num processo de autodeterminação, em que o povo do território é o principal Sujeito, ele não pode ser ignorado quando se decide sobre o seu destino.

Podemos considerar importantes os resultados já conseguidos nas actuais conversas, sendo amplo o conjunto das questões tratadas, e só podemos reafirmar o nosso apoio à actuação do Secretário Geral no exercício do seu mandato.

Definimos por várias vezes os objectivos que nos propomos: a busca de uma solução digna que permita o respeito da identidade religiosa e cultural do Povo Timorense e a satisfação das suas legítimas aspirações, a melhoria da situação

/...

humanitária, bem como o respeito do seu direito de autodeterminação. Mantemos a nossa disposição para a consertação, sem o qual não podem resolver-se os diferendos internacionais. Esperamos que alguns resultados favoráveis já conseguidos, bem como a superação de dificuldades encontradas, nos levem a continuar no caminho que julgamos o único possível, e que como diz o Secretário Geral no seu relatório, a actual atmosfera construtiva das conversas nos permita passar à fase seguinte na qual outras questões deverão ser abordadas, na busca de "uma solução justa, global e internacionalmente aceitável".

Ao referir-me aos direitos do homem não poderei deixar ainda de recordar que esses mesmos direitos foram, há 10 anos atrás, inequivocamente reconhecidos e consagrados no Acto Final da Conferência de Helsinquia, de que o meu país foi signatário, e que reuniu 33 Estados com diferentes concepções políticas, que se comprometeram a tomar medidas concretas que corrigissem desvios e violações dos deveres dos Estados de respeitarem certos direitos inalienáveis. Procedeu-se agora a um balanço em Helsinquia, como aliás já se tinha feito anteriormente em Belgrado e em Madrid, do processo que então se iniciou

/...

para, com rigor, se medir a distância que vai dos compromissos assumidos, até às medidas que na realidade forem tomadas e aos resultados efectivamente conseguidos. Chegou-se infelizmente à conclusão que se ficou muito aquém da implementação das disposições consignadas na Acta Final. Reflexo próximo desta situação foi-nos dado pela recente reunião de peritos em Otava sobre os Direitos do Homem e as Liberdades Fundamentais.

Portugal, país absolutamente fiel ao espírito de Helsínquia, não perdeu no entanto, a esperança de que a próxima Conferência de Viena possa trazer um contributo positivo para o processo iniciado dos anos atrás.

Senhor Presidente,

Seja-me permitido neste momento enunciar algumas questões relativas à actual situação política internacional que constituem motivo de particular interesse e preocupação para o meu país.

Portugal, como país europeu geográfica, histórica e culturalmente muito próximo de África, não pode deixar de olhar com a maior preocupação os recentes desenvolvimentos na África do Sul. Tais acontecimentos, que têm assumido perfis

/...

verdadeiramente inquietantes, têm justamente provocado a indignação e a condenação por parte de toda a Comunidade Internacional.

É bem conhecida a posição de Portugal relativamente aos problemas que afectam as populações daquele País: com efeito, quer no seio das Nações Unidas, quer em contactos com outros países e, muito particularmente com os nossos futuros parceiros das Comunidades Europeias, temos vindo a denunciar e a condenar clara e inequivocamente a imoralidade que caracteriza os sistemas do "apartheid" e da "bantustanização", principais fontes das graves tensões internas que se vêm manifestando. Portugal, cuja oposição frontal a quaisquer formas de racismo e discriminação racial constitui uma das componentes básicas da sua maneira de sentir e estar no mundo, considera premente e indispensável a necessidade de as autoridades sul-africanas desde já avançarem sem timidez ou artifícios no sentido de, através do alargamente do diálogo a todas as Comunidades do país criarem condições que permitam, a todos os que aí vivem, acesso em termos absolutamente iguais, à participação política, à liberdade, ao trabalho e à justiça social. Só através da criação destas condições o homem sul-africano, seja qual fôr a comunidade a que pertencer, se poderá considerar livre e cidadão de pleno direito da nação Sul-Africana.

/...

O meu Governo lança neste momento, e, desta Tribuna Internacional, um apelo aos Governantes Sul-Africanos para que iniciem quanto antes, com abertura, flexibilidade e determinação o diálogo com os dirigentes de todas as comunidades que integram o país que possa conduzir a uma frutuosa concertação.

Da mesma forma, não quero deixar de manifestar perante esta Assembleia a preocupação do meu País pelo protelamento do exercício do direito à autodeterminação por parte do povo namibiano, facto que tem sobretudo como causa a demora na implementação das resoluções pertinentes da ONU e, em especial, a resolução 435. Portugal segue com particular interesse e tem sempre encorajado os esforços desenvolvidos pelos "países da linha de frente" no sentido de levar a África do Sul a abandonar lamentáveis posições de confrontação - como, por exemplo, a demonstrada na recente invasão de Angola - em benefício de posições construtivas e flexíveis que permitam chegar a uma solução rápida e satisfatória da questão. Esperamos igualmente que, paralelamente aos esforços com vista à concertação no plano interno, que desejamos ver iniciados rapidamente, as Autoridades Sul-Africanas tomem medidas no sentido de cessar a ocupação ilegal da Namíbia, e da aceitação da aplicação, sem reservas e equívocos da resolução 435 do Conselho de Segurança.

Senhor Presidente,

A situação de tensão no Médio Oriente, região em relação à qual Portugal sente particular sensibilidade dados os especiais laços históricos e culturais que o unem à Nação árabe, longe de se ter atenuado, tem persistido senão mesmo agravado.

Bastará reparar na evolução da situação no Líbano onde a confrontação entre facções rivais tem prosseguido sempre com violência crescente e, onde actos de terrorismo se sucedem em ritmo dramático e com alvos indiscriminadamente nacionais e estrangeiros, Portugal tem desde o início apoiado, em termos materiais, os esforços desenvolvidos pela UNIFIL e confia EM que

a restauração de um equilíbrio conduza à reconciliação nacional através do diálogo entre as diversas comunidades libanesas. Para que tal se verifique não deixa também de parecer essencial a retirada do território de todas as forças militares estrangeiras cuja presença não tenha sido expressamente solicitada pelo Governo libanês.

Mas, é também nossa convicção que a solução da

/...

crise libanesa passará, sobretudo pela pacificação de toda a região e esta pelo reconhecimento não só dos direitos legítimos do povo palestino, incluindo o direito à autodeterminação e a uma Pátria, mas, também pelo reconhecimento do direito à existência e à segurança do Estado de Israel.

Neste contexto não deixa de ser encorajante a recente formação de uma "plataforma" de negociação jordano-palestina, a qual poderá representar um positivo contributo para o diálogo entre todas as partes envolvidas no conflito.

É igualmente motivo de preocupação para o meu país o prosseguimento do conflito armado entre o Irão e o Iraque, onde apesar dos esforços do Secretário Geral bem como dos sucessivos apelos das Nações Unidas se não têm, infelizmente, conseguido resultados práticos.

Na verdade, o uso de armas desumanas tem continuado numa escalada sem tréguas; a liberdade de navegação no Golfo continua gravemente ameaçada bem como a economia dos dois países envolvidos no conflito. Urge assim redobrar esforços por parte da Comunidade Internacional no sentido de levar os dirigentes dos

/...

dois países a iniciar um processo de negociações que ponha termo a tão grave conflito.

Senhor Presidente,

É com inquietação que Portugal continua a observar a evolução da situação na América Central.

O meu país crê firmemente que a solução dos conflitos que prevalecem naquela área terá que ser de matriz essencialmente regional, através do diálogo entre as várias facções em presença que possa estabelecer um equilíbrio justo entre os vários interesses em jogo, que conduza ao respeito pela inviolabilidade das fronteiras e que leve à diminuição do nível dos armamentos e à edificação de sociedades livres e pluralistas.

Neste contexto, recordo ter o meu país participado em S.José da Costa Rica, em Setembro do ano passado, numa reunião conjunta dos Governos da América Central, dos Governos dos países que fazem parte do Grupo de Contadora, bem como dos

/...

países da CEE e de Espanha. Nessa reunião foram estudados mecanismos tendentes à intensificação não só do diálogo político entre os países da área, mas também mecanismos que permitam a intensificação da cooperação nos planos económico e social entre esses mesmos países e a CEE.

Portugal espera sinceramente que as Nações da América Central concentrarão todos os seus esforços de negociação, dentro dos parâmetros definidos pelo Grupo de Contadora, a que agora se aliaram mais quatro nações democráticas latino-americanas, a fim de poderem atingir uma solução global que permita pôr fim aos conflitos que as dilaceram no plano interno e as dividem no plano externo.

Para além das questões que acabei de citar não queria deixar de reafirmar a necessidade da retirada das forças estrangeiras do Cambodja (Kampuchea) e o apoio ao restabelecimento da independência, soberania e integridade territorial daquele país. Gostaria ainda de referir a situação que afecta a estabilidade do continente asiático e que só poderá ser ultrapassada através de um diálogo que possa conduzir a uma reunificação pacífica da Coreia, cujo povo inteiro aspira legitimamente a ser representado nas Nações Unidas.

/...

Senhor Presidente,

A enunciação de alguns dos focos de tensão internacional e as considerações que acabei de fazer parecem ter como corolário lógico a necessidade, mais premente do que nunca, para a Comunidade Internacional de encontrar vias que possam conduzir a um mundo mais pacífico e seguro. É por esta razão que o meu país viu com o maior interesse, no contexto das relações leste-oeste, a decisão dos Estados Unidos e da União Soviética de retomarem e prosseguirem as negociações de Genebra suspensas desde 1983. Embora estejamos conscientes das dificuldades que tal processo de negociações envolve, pensamos que só o facto de elas terem recomeçado é já por si encorajante.

Não poderiam, aliás, deixar de interessar a Portugal - como país essencialmente pacífico - as questões relacionadas com o desarmamento nuclear e convencional, bem como as questões ligadas ao reforço da paz e da segurança internacional.

Senhor Presidente,

Neste momento em que a nossa Organização completa 40 anos de existência, não quereria terminar sem deixar de aqui

/...

renovar a confiança do meu país na mais alta das instituições internacionais, bem como nos seus orgãos subsidiários e agências especializadas. A expressão desta renovada confiança não é mais do que o reflexo da convicção de que a Carta das Nações Unidas é o documento que ainda hoje melhor consubstancia os mais elevados princípios do Direito Internacional, bem como será o documento que, com maior fidelidade, reflecte os ideais de universalidade partilhados por toda a Humanidade.

Se é certo que as realizações e os objectivos da ONU ficaram muito àquem dos ideais dos seus fundadores, julgamos não ser menos certo do que, como principal, senão único, garante da universalidade, a Organização acabará por encontrar meios que lhe permitirão ajustar-se às exigências diplomáticas, políticas e espirituais do nosso tempo. Portugal renova e reafirma a sua confiança na ONU.

***